

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1006564-36.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Dever de Informação</b>
Requerente:	<b>Sara Sabrina Stefani do Vale</b>
Requerido:	<b>Scpc- Boa Vista Serviços S/A</b>

**SARA SABRINA STEFANI DO VALE** ajuizou ação contra **SCPC- BOA VISTA SERVIÇOS S/A**, pedindo a exibição de documentos comprobatórios da prévia comunicação sobre a inserção do seu nome no cadastro de devedores e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

Após ser instada por este juízo, a autora desistiu do pedido indenizatório, prosseguindo-se o feito como ação probatória autônoma.

Citada, a ré exibiu os documentos e apresentou defesa.

Manifestou-se a autora.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não conheço das alegações trazidas pela ré na contestação, pois em tal procedimento não se admite a apresentação de defesa (art. 382, § 4º, do CPC).

Trata-se de ação probatória autônoma, por intermédio da qual a parte autora pretende conhecer o teor de certo documento para, à vista dele, exercer qualquer pretensão que possa ter.

*A exibição consiste na apresentação de documento ou coisa que está em poder da parte contrária ou de terceiro, para que o requerente possa conhecer sua forma e conteúdo* (Teresa Arruda Alvim Wambier, "Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil", Ed. RT, 2015, 3ª Tiragem, pág. 680).

O procedimento previsto é o incidente de exibição de documento ou coisa regulado nos arts. 396 a 400 do Novo Código de Processo Civil, que terá lugar se já houver uma ação em andamento. *Caso não haja, a parte poderá lançar mão de ação probatória autônoma, com fundamento no artigo 381 do NCPC* (ob. e pág. cit.).

A produção antecipada de prova tem por finalidade preservar os

# PODER JUDICIÁRIO



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

elementos de prova, a fim de que os mesmos sejam admitidos e avaliados em outro processo. Está-se aqui, pois, diante de "consectário de direito à prova", como explica José Miguel Garcia Medina, em comentários ao mesmo artigo 381 (Novo Código de Processo Civil Comentado, Ed. RT).

E o novo CPC inova ao permitir que a produção antecipada de provas aconteça *"sem que se exija a demonstração de risco, ou de urgência na produção da prova. Admite-se a produção antecipada de prova, também, com o intuito de se viabilizar a realização de conciliação ou outro modo de composição de conflito (art. 381, II, do CPC/2015)".* Aliás, *"diante das provas produzidas no procedimento regulado nos arts. 381 ss., podem as partes avaliar suas reais chances de êxito e verem-se estimuladas à conciliação. Talvez, diante da pouca perspectiva de êxito, pode-se até mesmo evitar um novo processo"* (José Miguel Garcia Medina, ob. cit.).

A prova pretendida pela autora foi realizada, impondo-se, então, a sua homologação.

Ressalta-se que eventual desconformidade entre os documentos apresentados pela ré e aqueles pretendidos pela autora não pode ser avaliada neste feito, pois não se discute nesta ação autônoma a probabilidade de um direito da parte, decorrente da exibição dos documentos em questão, o que será ponderado em outro momento, se proposta ação com base neles. Com efeito, impõe o artigo 382, § 2º, do NCP, que *"o juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas"*.

Os autos permanecerão em cartório durante 01 (um) mês para extração de cópias e certidões pelos interessados, conforme estabelece o artigo 383 do NCP.

Com efeito, *realizada a produção antecipada de prova, o juiz deverá dar por encerrado o processo, mediante **sentença homologatória**, que **não** reconhecerá direito material algum, nem conterà **qualquer juízo de valor** acerca dos fatos apurados. A sentença se limita a atestar que a produção da prova se deu de maneira regular e legítima, ou seja, mediante contraditório e sob a supervisão do juiz* (Teresa Arruda Alvim Wambier, ob. cit., pág. 663).

Não há regra a respeito da sucumbência, mas a solução deve ser diferente a depender da reação do demandado: (I) Se não houver resistência do réu; as verbas de sucumbência caberão ao autor; se não houver resistência, mas o réu venha a formular pedido de produção de outro meio de prova ou de apuração de novos fatos relacionados àqueles que o autor pretende apurar, as despesas deverão ser rateadas e cada parte arcará com os honorários de seu advogado; (II) Se houver resistência do réu, o vencido é que arcará com as despesas e pagamento dos honorários de sucumbência; (III) Será vencido o autor cujo pedido de produção de prova venha a ser indeferida, ou o réu, se houver o deferimento do pedido. São hipóteses estudadas pela Prof. Teresa Arruda Alvim Wambier, em comentários ao artigo 383 do NCP.

No caso concreto não haverá condenação em honorários advocatícios, pois o documento pretendido foi exibido, sem criação de obstáculos.

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. COMPRA E VENDA DE COISA MÓVEL . AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (EXIBIÇÃO E JUSTIFICATIVA DE DÉBITO NEGATIVADO). HIPÓTESE DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 381 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 (CPC/2015). NORMAS SOBRE PROCEDIMENTO SÃO DE ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA REFORMADA PARA HOMOLOGAÇÃO DA EXIBIÇÃO FEITA PELA RÉ. APELO DA RÉ PROVIDO, COM DETERMINAÇÕES.

1.- Em razão de negatização no serviço de proteção ao crédito, sem atendimento a prévia notificação extrajudicial, foi ajuizada ação tendente a exibição do contrato e demonstração do débito, que, na verdade, constitui verdadeira pretensão de exibitória.

2.- No CPC/2015, correto, no caso, o procedimento de produção antecipada de prova, observadas, contudo, as consequências jurídicas respectivas (sentença homologatória, permanência dos autos em cartório por um mês e condenação da parte autora no pagamento de custas e despesas processuais, sem condenação das partes no pagamento de honorários de sucumbência, que deverão ser acertados em eventual ação a ser proposta). (TJSP, Apelação nº 1015554-85.2016.8.26.0037, Rel. Des. Adilson de Araújo, j. 23/05/2017).

Diante do exposto, **homologo o procedimento** e, à vista do documento exibido, julgo encerrado o processo.

Os autos permanecerão em cartório durante um mês para extração de cópias e certidões pelos interessados. Depois, serão arquivados.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos.

A autora está isenta de custas processuais.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de novembro de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**